

O ‘mutirão’ para o sucesso da COP30¹

Thelma Krug²

Paulo Artaxo³

Jean Ometto⁴

Bráulio Borges⁵

Roberto Kishinami⁶

Eduardo Assad⁷

A COP30, que será realizada em novembro em Belém do Pará, marcará os 20 anos da entrada em vigor do Protocolo de Kyoto e os 10 anos do Acordo de Paris. Ao lado da reconhecida importância desses acordos, sabe-se que a COP30 enfrenta enormes desafios para promover a “virada” convocada na primeira carta de seu presidente designado, o embaixador André Corrêa do Lago. Até agora, os esforços globais na redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) estão muito aquém do necessário. Por isso, o “mutirão” proposto pelo presidente designado deve reforçar mecanismos já existentes no Acordo de Paris para a precificação do carbono e buscar estimular os maiores emissores de GEE a apresentar as suas estratégias temporais de reduções de emissões em todos os setores da economia já na próxima Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).

Esta “virada” só acontecerá caso haja profundo engajamento dos governos membros, do setor privado e de todas as camadas que compõem as sociedades. Seria, dessa forma, um verdadeiro mutirão para “arrumar a casa”, reconhecendo ajustes necessários e fortalecendo os pilares para assegurar que nosso planeta tenha uma trajetória compatível com a sustentabilidade da vida humana e das futuras gerações, com o desenvolvimento econômico e social.

Mas como fazer isso? Na prática, parte-se de um “mutirão” que se apoia em um planejamento detalhado, de materiais e métodos, e que tem como objetivo atender da melhor forma possível o coletivo. Em geral, os “mutirões” de obras terminam com o fechamento do telhado, momento que, na tradição popular, é celebrado com uma “festa da cumieira”.

Vejamos os fundamentos dessa construção em torno do planeta e de seus habitantes. Há muito tempo a ciência adverte que as atividades humanas, principalmente a exploração e uso de combustíveis fósseis, estão alterando profundamente o clima da Terra. Sem rápidas, ambiciosas e sustentadas reduções de emissões de gases de efeito

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-mutirao-para-o-sucesso-da-cop30.ghtml> Acessado em 03.04.2025

² Vice-presidente do IPCC 2015-2023.

³ Coordenador do CEAS USP e membro do IPCC.

⁴ Pesquisador sênior no INPE e membro do IPCC.

⁵ Economista da LCA e pesquisador do FGV-Ibre.

⁶ Especialista sênior no iCS.

⁷ Pesquisador da FGV/GV Agro.

estufa, pode já ser impossível limitar o aumento da temperatura em 1,5° C até o final do século, meta de longo prazo definida no Acordo de Paris.

Segundo os dados mais recentes fornecidos pelos países membros, em bilhões de toneladas de gases de efeito estufa, as maiores emissões ocorreram na China (13,0), Estados Unidos (5,5), União Europeia (3,1), Índia (2,4), Brasil (2,0), Indonésia (1,4) e Japão (1,1). Como esperado, a responsabilidade pelas emissões correntes e, conseqüentemente, suas reduções, está concentrada nos países do G20. E a maior parte dessas emissões concentra-se no setor de energia, incluindo geração elétrica, transporte e edificações. É importante observar que a União Europeia reduziu, de 1990 até 2022, 32,6% de suas emissões totais de GEE, enquanto os Estados Unidos reduziram somente 1,3%.

O “mutirão”, mais do que nunca, faz-se necessário com a anunciada saída dos EUA do Acordo de Paris, uma traição ao esforço global contra o aquecimento e que coloca em risco a rápida transição para uma economia global descarbonizada e mais sustentável. Além da traição, o anúncio pelos EUA de fortalecimento da exploração e queima de combustíveis fósseis requer que os países signatários do Acordo de Paris elaborem um novo planejamento e avancem na busca de novos materiais e métodos para assegurar que a construção continue sólida.

Claro que o planejamento envolve a necessidade de significativo volume de recursos financeiros. Nesse sentido, a presidência atual e designada das COPs 29 e 30 (Azerbaijão e Brasil) foram solicitadas a apresentar um “mapa do caminho” que sumarie como aumentar o financiamento climático para ações de mitigação e medidas de adaptação em países em desenvolvimento, em US\$ 1,3 trilhão anuais.

Desde a COP29, construir o “mapa do caminho” ficou bem mais desafiador: muitos países estão aumentando seus orçamentos para defesa, já que os gastos nesse setor deverão se aproximar de US\$ 3 trilhões anuais até o final da década. Infelizmente, a “guerra” contra o aquecimento não teve a mesma prioridade e não poderá ser vencida com armas bélicas. E a nova “guerra”, a comercial/tarifária iniciada pelo novo governo dos EUA, deixará o mundo mais desigual e pobre, afetando negativamente as receitas tributárias.

A despeito disso, a presidência da COP e o governo brasileiro podem aproveitar oportunidades como o Brasil estar este ano na presidência dos Brics e sua participação qualificada no G20. Esses grupos reúnem países responsáveis por mais de 35% e 60% das emissões globais atuais de GEE, respectivamente. Quaisquer manifestações de seus governos membros, particularmente os maiores emissores, em relação a um aumento expressivo de suas ambições, terão efeito positivo e otimista para a COP30.

O relatório do balanço global da ONU, que acompanha e avalia a implementação das metas anunciadas a cada cinco anos pelos países membros em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas, já indicou em 2023 a necessidade de acelerar ações, nesta década crítica, de abandono no uso de combustíveis fósseis em sistemas energéticos de forma justa, ordenada e equitativa. Seria importante que os maiores emissores se comprometessem imediatamente com metas de reduções de emissões, com neutralidade de CO2 próximo de 2050, com marcos intermediários em 2035, 2040 e 2045.

Uma maneira de criar compromissos mais ambiciosos para a redução das emissões de GEE e, ao mesmo tempo, levantar recursos para financiar ações de mitigação e adaptação, envolve aprofundar os mecanismos de precificação de carbono. Até 2004, eles eram praticamente inexistentes. Em 2015, quando foi assinado o Acordo de Paris, já englobavam cerca de 12% das emissões globais de gases de efeito estufa. Em 2023, esse percentual chegou a 24%. Mas os valores cobrados ainda estão muito abaixo da faixa recomendada para que se limite o aquecimento global: US\$ 67 a US\$ 127 em 2030 por tonelada de CO2 equivalente para limitar o aquecimento a 2° C até meados do século; para limitar a 1,5° C, os valores seriam ainda maiores, entre US\$ 226 e 385.

Uma coisa é certa: com o “mutirão” proposto pelo embaixador André Corrêa do Lago podemos ter esperança de que a janela para atingir os objetivos do Acordo de Paris não se fechará, assegurando um mundo mais equitativo e justo. É fundamental o comprometimento dos maiores emissores promovendo cortes significativos de suas emissões e garantindo apoio financeiro aos países em desenvolvimento na escala que se faz necessária. Apenas dessa forma poderemos um dia celebrar nossa “festa da cumieira”.